



instituto
natura

demonstrações
financeiras
2017



conteúdo

- 3 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
- 5 Balanço patrimonial
- 6 Demonstrações do resultado
- 6 Demonstrações dos resultados abrangentes
- 7 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (negativo)
- 7 Demonstrações dos fluxos de caixa
- 9 Notas explicativas às demonstrações financeiras

relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do Instituto Natura. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Natura "Instituto", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Natura em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparados originalmente antes dos ajustes, descritos na nota 2.10, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 06 de abril de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes das demonstrações financeiras de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes.

Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes as demonstrações financeiras do Instituto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assentura sobre eles tomados em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resul-

tante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de Abril de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia
Contador CRC ISP213431/O-5

Marcia Keiko Ando
Contadora CRC ISP235113/O-7

balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$)

ativos

	Nota explicativa	2017	2016
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.383	2.069
Outros ativos		74	19
Total dos ativos circulantes		2.457	2.088
Não circulantes			
Imobilizado	5	90	122
Intangível		1	1
Total dos ativos não circulantes		91	123
Total dos ativos		2.548	2.211

passivos e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2017	2016
Circulantes			
Fornecedores e provisões	6	549	865
Obrigações trabalhistas	7	1.546	1.570
Obrigações tributárias		233	202
Total dos passivos circulantes		2.328	2.637
Não circulantes			
Provisão para contingências	8	1.009	470
Total dos passivos não circulantes		1.009	470
Patrimônio líquido (negativo)			
Patrimônio Social	9.a	162	992
Déficit acumulado	9.b	(951)	(1.888)
Total do patrimônio líquido (negativo)		(789)	(896)
Total dos passivos e patrimônio líquido (negativo)		2.548	2.211

demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016 (Reapresentado)</u>
Receitas sociais			
Doações Natura Cosméticos S.A		1.485	2.487
Doações Crer pra Ver		24.733	24.066
Outras Doações		5.518	2.392
Receitas sociais	10	31.736	28.945
Despesas sociais			
Com pessoal	11	(8.694)	(7.690)
Gerais e administrativas	11	(1.311)	(1.827)
Com projetos	11	(21.722)	(20.473)
Superávit / (déficit) antes do resultado financeiro		9	(1.045)
Receitas financeiras	12	200	213
Despesas financeiras	12	(102)	(51)
Superávit / (déficit) do exercício		107	(883)

demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016 (Reapresentado)</u>
Superávit / (déficit) do exercício	107	(883)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	107	(883)

demonstração das mutações do patrimônio líquido (negativo) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulados	Patrimônio Líquido (negativo) Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.484	(1.497)	(13)
Fundo Patrimonial	(492)	492	-
Déficit do período	-	(883)	(883)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	992	(1.888)	(896)
Fundo Patrimonial	(830)	830	-
Superávit do período	-	107	107
Saldos em 31 de dezembro de 2017	162	(951)	(789)

demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016 (Reapresentado)
Superávit / (Déficit) do período	107	(883)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa:		
Depreciações	32	43
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	-	28
Provisão para contingências	539	130
Aumento/(redução) dos ativos e passivos		
Outros ativos	(55)	7
Fornecedores e provisões	(316)	229
Obrigações trabalhistas	(24)	511
Obrigações tributárias	31	(3)
Caixa gerado nas atividades sociais	314	62
Caixa utilizado nas atividades de investimento	-	-
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	314	62
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	2.069	2.007
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	2.383	2.069
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	314	62

notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma indicado).

1. Informações gerais

O Instituto Natura, doravante denominado simplesmente "Instituto", é uma Associação sem fins lucrativos ou econômicos, com prazo de duração indeterminado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, conjunto 171, Condomínio Edifício Faria Lima, e tem por objeto social a transformação da sociedade, focando a promoção da qualidade de vida, em suas diferentes dimensões, com ênfase na educação, na ampliação das liberdades, na democratização do acesso à informação, no aprofundamento da justiça social e na sustentabilidade.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras do Instituto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que correspondem à moeda funcional e de apresentação do Instituto.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas aplicações financeiras que foram mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

A Administração avaliou a capacidade do Instituto em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto

de continuidade operacional dos negócios do Instituto.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Estão registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas para redução no valor recuperável ("impairment"), quando aplicável.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada. As vidas úteis são revistas a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Fornecedores e provisões

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.5 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.6 Provisão para contingências

As provisões para contingências são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação

e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

2.7 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros do Instituto compreendem ativos financeiros como caixa e equivalentes de caixa e passivos financeiros como fornecedores. Os instrumentos financeiros são mensurados pelo método do custo amortizado ou custo menos a redução ao valor recuperável.

2.8 Apuração do superávit / déficit - receitas e despesas

As receitas oriundas de doações são registradas mediante a documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

Não há previsão para devolução das doações ao doador, adicionalmente a Administração do Instituto possui autonomia para a destinação das respectivas doações e não há projetos em que há a efetiva correlação entre a doação recebida e a despesa a ser incorrida.

As despesas com doação são registradas no momento em que os respectivos gastos são incorridos ou quando há um efetivo compromisso contratual assumido de destinação de recursos para um projeto ou iniciativa. Para alguns projetos, estes compromissos são assumidos de maneira parcial, a partir das respectivas prestações de contas dos parceiros para cada fase do projeto.

2.9 Trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de desembolsar, caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros (“ITG 2002”), o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração no exercício de suas funções. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receitas sociais de outras doações em contrapartida nas despesas sociais com pessoal.

2.10 Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Estão sendo reapresentados os saldos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, em conformidade com o CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de erro, com finalidade de corrigir os seguintes erros:

a) Reclassificação do montante de R\$492 mil do resultado do exercício 2016 para o patrimônio social, referente a utilização da reserva do fundo patrimonial,

que foi incorretamente reconhecida como receitas sociais e apresentada como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa; e

b) Reconhecimento do montante de R\$1.257 mil no resultado do exercício 2016 referente a remuneração do Diretor Presidente do Instituto, que inicialmente era contabilizada como dedução da receita de doação da Natura Cosméticos S.A.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras do Instituto:

Demonstração do resultado do exercício de 2016

	Originalmente Apresentado 2016	Ajuste “a”	Ajuste “b”	Reapresentado 2016
Receitas Sociais	28.180	(492)	1.257	28.945
Despesas Sociais	(28.733)	-	(1.257)	(29.990)
Déficit Antes do Resultado Financeiro	(553)	(492)	-	(1.045)
Resultado Financeiro	162	-	-	162
Déficit do Exercício	(391)	(492)	-	(883)

Demonstração do resultado abrangente de 2016

	Originalmente Apresentado 2016	Ajuste “a”	Reapresentado 2016
Resultado Abrangente do Exercício	(391)	(492)	(883)

Demonstração do fluxo de caixa de 2016

	Originalmente Apresentado 2016	Ajuste "a"	Reapresentado 2016
Caixa Gerado nas Atividades Sociais	554	(492)	62
Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamento	(492)	492	-
Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	62	-	62

Demonstração das mutações do patrimônio líquido de 2016

	Patrimônio Social	Déficit Acumulado	Patrimônio Líquido (negativo) Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Originalmente Apresentados)	992	(1.888)	(896)
Utilização da reserva do fundo patrimonial – Ajuste "a"	-	492	492
Reversão de receita social – Ajuste "a"	-	(492)	(492)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentados)	992	(1.888)	(896)

O ajuste "b" não alterou o total do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016.

2.11 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Instituto são abaixo apresentadas.

Norma	Descrição	Vigência
CPC 47 Receita de Contrato com Cliente	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Esta norma substitui o CPC 17 (R1) – Contratos de construção, CPC 30 (R1) – Receitas, e correspondentes interpretações.	1º de janeiro de 2018
CPC 48 Instrumentos Financeiros	Essa nova norma traz alterações sobre (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) mensuração das perdas por redução do valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas esperadas"); e contabilidade de hedge. Esta norma substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	1º de janeiro de 2018
CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil	Define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Esta norma substitui a sua versão anterior (CPC 06 (R1)) e correspondentes interpretações.	1º de janeiro de 2019

O Instituto pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor, porém, considerando as atuais operações do Instituto, a Administração não espera que tais normas produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Instituto.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Instituto no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das práticas contábeis são determinação da vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação e provisão para contingências.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos

Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados

2017	2016
280	40
2.103	2.029
2.383	2.069

Em 31 de dezembro de 2017, os Certificados de Depósito Bancário - CDBs são remunerados em média por 71% do CDI (75% em 2016). A Administração do Instituto tem como política o investimento do excedente de caixa em aplicações financeiras de renda fixa em bancos de primeira linha.

5. Imobilizado

Valor de custo	Taxa média ponderada anual de depreciação - %			
	2016	Adições	Baixas	2017
Benfeitorias em propriedade de terceiros	214	-	-	214
Móveis e utensílios	186	-	-	186
Equipamentos de informática	91	-	-	91
Total custo	491	-	-	491
Depreciação				
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20	(198)	(3)	(201)
Móveis e utensílios	7	(97)	(18)	(115)
Equipamentos de informática	18	(74)	(11)	(85)
Total depreciação	(369)	(32)	-	(401)
Total Geral	122	(32)	-	90

6. Fornecedores e provisões

	2017	2016
Fornecedores internacionais	-	19
Fornecedores nacionais (*)	121	242
Provisões de contas a pagar	428	604
	549	865

(*) As atividades administrativas de suporte (contábil, financeiro, jurídico, tecnologia da informação, etc.) são executadas pela Natura Cosméticos S.A. e cobradas do Instituto. Em 31 de dezembro de 2017, o Instituto possuía um saldo a pagar para a Natura Cosméticos S.A. de R\$34 (R\$15 em 31 de dezembro de 2016).

7. Obrigações trabalhistas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários a pagar	685	673
Encargos sociais sobre folha	391	389
Provisão para férias e encargos	470	508
	<u>1.546</u>	<u>1.570</u>

8. Provisão para contingências

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Riscos cíveis	500	-
Riscos trabalhistas	509	470
	<u>1.009</u>	<u>470</u>

As provisões são revisadas periodicamente pela Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, com base na probabilidade de perda dos riscos trabalhistas e cíveis para refletir a melhor estimativa corrente.

	<u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>2017</u>
Risco cível (a)	-	500	-	500
Risco trabalhista (b)	470	-	39	509
Total	<u>470</u>	<u>500</u>	<u>39</u>	<u>1.009</u>

a) Referem-se principalmente a pleitos de reparação de danos morais e financeiros.

b) Referem-se principalmente a riscos envolvendo encargos trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2017, o Instituto não possuía passivos contingentes.

9. Patrimônio líquido (negativo)

a) Patrimônio Social

O fundo patrimonial é formado por 10% do valor de doações recebidas das associadas patrocinadoras, quando estas não forem destinadas a projetos específicos. Visa garantir a sustentabilidade e a perpetuação do patrimônio e objeto social do Instituto Natura. A utilização do fundo patrimonial é aprovada, quando necessária, em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2017, o total acumulado de destinações ao fundo patrimonial classificado como patrimônio social era R\$ 162 (R\$ 992 em 2016).

b) Déficit acumulado

Em 31 de dezembro de 2017, o déficit acumulado é de R\$ 951, (déficit de R\$ 1.888 em 2016).

10. Receita por doações

	<u>2017</u>	<u>(Reapresentado) 2016</u>
Receita por doações:		
Doações Natura Cosméticos S.A. ¹	1.485	2.487
Doações Crer para Ver ²	24.733	24.066
Doações Outras empresas e Organizações ³	5.518	2.392
	<u>31.736</u>	<u>28.945</u>

1. Doação associada à mantenedora Natura Cosméticos S.A., que poderá destinar, anualmente, até 0,5 % de seu lucro líquido apurado no exercício anterior.

2. Doação repassada pela Natura Cosméticos S.A., que está associada ao repasse do resultado líquido das vendas da linha de produtos Natura Crer Para Ver.

3. Doações recebidas de outros Institutos e Fundações para destinação em projetos coordenados pelo Instituto Natura e reconhecimento ao valor justo da receita referente a remuneração do trabalho voluntário dos integrantes do Conselho de Administração.

11. Despesas operacionais

	2017	(Reapresentado) 2016
Com Pessoal		
Salários	6.190	5.623
Encargos	1.898	1.780
Benefícios	606	287
Total	8.694	7.690
Gerais e administrativas		
Manutenção e conservação	71	164
Consultorias e serviços administrativos ¹	492	453
Aluguel	404	521
Comunicação e vídeos	110	179
Viagens	54	86
Depreciações e amortizações	32	43
Sindicatos	47	49
Outras	101	332
Total	1.311	1.827
Projetos²	21.722	20.473

1. As atividades administrativas de suporte (contábil, financeiro, jurídico, tecnologia da informação, etc.) são executadas pela Natura Cosméticos S.A. e cobradas do Instituto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de despesa relacionada com esse suporte foi de R\$180 (R\$185 em 2016).

2. Referem-se principalmente às despesas com (i) consultorias envolvidas para realizar a formação e implementação dos projetos diretamente com o público beneficiário (professores, escolas, secretarias municipais de educação, etc.), (ii) transporte, logística e comunicação relacionados com os projetos, e (iii) doações para implementação de projetos que o Instituto apoia.

12. Receitas (despesas) financeiras

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	199	213
Outras receitas financeiras	1	-
	200	213
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(102)	(51)
	(102)	(51)
Resultado financeiro, líquido	98	162

13. Cobertura de seguros

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

14. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros “não derivativos” que incluem aplicações financeiras e caixa, assim como fornecedores nacionais e internacionais, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (“CPC 38”) estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração do valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Informações, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros “não derivativos” do Instituto está classificada como Nível 2 (corresponde às aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, o Instituto está sujeito ao risco de liquidez, que é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

15. Renúncia fiscal

O Instituto está sujeito a determinados tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. No julgamento da Administração, para fins de atendimento às divulgações exigidas pela ITG 2002, a renúncia fiscal engloba o Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

16. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração do Instituto em reunião realizada em 25 de abril de 2018.

Diretoria

Davi Saad
Presidente

Rodolfo Luque Simões
Gerente de Finanças e Governança

Responsável Técnico

Maria Elisa Moreira Fortino
Contadora
CRC ISP262066/O-2